

Viúvas de FHC se articulam para votar projeto de lei que privatiza o setor de gás

Vamos nos mobilizar contra esse novo ataque ao patrimônio brasileiro

Os trabalhadores e demais setores da sociedade devem redobrar a atenção sobre as ações de bastidores que têm movimentado o Congresso Nacional para forçar a votação da chamada Lei do Gás. Caciques e privatistas do PFL e do PSDB se articulam na tentativa de concluir o trabalho sujo que começaram no governo tucano. As viúvas de FHC se movimentam como podem para atender os interesses das multinacionais de energia.

Sob o pretexto da necessidade de se estabelecer os marcos regulatórios para o transporte de gás natural, os privatistas pressionam para levarem a votação o projeto de lei do senador, Rodolpho Tourinho (PFL/BA), cuja intenção principal é diminuir a partici-

pação da Petrobrás no setor e desvincular do poder público o controle sobre a importação, exportação, processamento, transporte, armazenagem, distribuição e comercialização de GLP, gases manufacturados e do biogás. O projeto está em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, cujo presidente é o pefelista ACM, privatista de carteirinha.

A proposta indecente do senador Tourinho é criar o que chama de Operador do Sistema Nacional de Transporte de Gás Natural (Ongás), sob a forma de sociedade civil, para disponibilizar em seis anos o livre acesso aos gasodutos, UPGNs e demais estruturas de transporte da Petrobrás. Os privatistas de plantão tentam nova-

mente dismantelar a companhia, mirando, agora, no estratégico setor de gás, cuja rede nacional de transportes a Petrobrás investiu sozinha bilhões de dólares. Ou seja, um investimento que pode chegar a 20 anos para ser amortizado estará a serviço de empresas cujo risco operacional é zero.

Através de estudos técnicos e diversos pareceres, a Petrobrás já provou os prejuízos que o projeto de lei causará à companhia. A FUP também está mobilizada, fazendo gestões em Brasília para impedir a votação do projeto. É fundamental, que todos os petroleiros estejam alertas e conscientes em relação a esta questão. Não podemos permitir esse novo ataque ao patrimônio brasileiro.

É nesta sexta: Ato nacional pelas solução das pendências da Petros

De norte a sul do país, os petroleiros voltam a se manifestar nesta sexta-feira (17), exigindo a solução das pendências da Petros. A categoria aguarda o reinício das negociações, cujo prazo previsto no ACT foi prorrogado pela Petrobrás por mais 45 dias. No entanto, a empresa até o momento ainda não definiu o novo calendário de reuniões. A FUP tem feito gestões junto aos dirigentes da companhia e ao governo, cobrando uma solução imediata para os trabalhadores que estão sem plano de previdência, assim como as demais pendências da Petros.

Esperamos que na reunião desta sexta o Conselho de Administração da Petrobrás avalie criteriosamente as propostas apresentadas pela FUP na mesa de negociação. A Federação questio-

na as contrapartidas exigidas dos trabalhadores e, principalmente, o Plano Petros 2, que tem uma série de distorções que precisam ser resolvidas pela empresa antes de ser apresentado aos trabalhadores sem plano. A FUP, portanto, espera que o CA reconheça a dimensão e o impacto desta questão na vida dos petroleiros.

Seminário - Nos dias 17, 18 e 19, os petroleiros estarão reunidos em Belo Horizonte para discutir o modelo de previdência complementar dos trabalhadores do Sistema Petrobrás. Os representantes da categoria debaterão também a proposta apresentada pela empresa e as proposições da FUP. O Seminário Nacional sobre Petros é deliberação do último Confup e não terá caráter deliberativo.

Pela regulamentação de estrangeiros nas atividades offshore

A FUP, o Sindipetro-NF e a Conttmaf participaram nos dias 07 e 08 de audiências no Conselho Nacional de Imigração para cobrar a regulamentação da força de trabalho estrangeira que atua nas plataformas operadas por multinacionais. O objetivo é reformular a Resolução Normativa nº 58, que trata deste tema. O movimento sindical defende a nacionalização dos postos de trabalho e o cumprimento da legislação trabalhista brasileira, que não é reconhecida nas unidades marítimas estrangeiras. Os sindicalistas explicaram que os brasileiros estão capacitados para exercerem as atividades offshore e cobraram a nacionalização integral da mão-de-obra nos contratos de 12 meses.